

Quem manda e quem obedece no ciberespaço?

Fabricio Solagna¹

Resumo: As narrativas sobre a criação da Internet ajudaram a consolidar uma imagem de uma rede distribuída, sem controle central e com caráter rizomático. Parte desta narrativa é tributária da concepção política e técnica dos técnicos percursores da rede. No entanto, os processos e instituições que exercem a governança são bem delimitados e exercem poder e influência na expansão e desenvolvimento da rede. O fato novo é que o modelo de governança que se tornou hegemônico no final da década de 90, chamado de multistakeholder, imputou novos desafios de compreensão de como se forma a autoridade sobre áreas específicas da rede mundial de computadores. O *multistakeholderism* é um arranjo em que múltiplos setores interessados dividem poder a fim de estabelecer parâmetros mínimos de gerência sobre a rede. A questão é que este modelo está em constante disputa e entre atores privados, governos e sociedade civil. Este trabalho se propõe a apresentar os resultados iniciais da pesquisa de doutorado, qualificada recentemente, que busca compreender o subcampo da governança a partir da literatura de políticas públicas, mais especificamente através do *advocacy coalition framework* (ACF). O objetivo é compreender como ideias e crenças sobre o que é e como deveria funcionar o ciberespaço são variáveis explicativas da movimentação política nas entidades de governança globais e locais.

Palavras-Chave: Governança da Internet, Políticas Públicas, multissetorialismo, Participação Política, Ideologia

Introdução

Embora a origem do termo ciberespaço não necessariamente esteja ligado com o uso de tecnologia, a palavra se transformou uma metáfora da comunicação eletrônica e um sinônimo de Internet depois da popularização do romance *Neuromancer*, de William Gibson, na década de 80, e do manifesto pela independência do ciberespaço, lançado na década de 90, por John Perry Barlow². Desde então as disputas do ciberespaço alternam no pêndulo por mais liberdade e por mais controle, entre corporações, governo e organizações da sociedade civil.

O próximo mês de outubro pode ser simbólico para a Internet. É a data prevista para que o governo norte-americano não tenha mais poder de supervisão sobre uma

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com bolsa CAPES

² A declaração completa pode ser lida em: <https://www.eff.org/cyberspace-independence>

parte importante da implementação de políticas da rede. O processo, chamado de Transição-IANNA, se delongou por dois anos quando, em meio as denúncias de espionagem global promovidas por Edward Snowden, os EUA anunciaram que estavam dispostos a deixar de ter papel de veto, nunca usado, nas decisões sobre o gerenciamento de uma parte importante dos chamados recursos críticos da rede.

O verbo “pode” no início do parágrafo anterior não foi fortuito. Depois da fase de negociação com especialistas, técnicos e representantes de diversos países, uma forte oposição de congressistas republicanos pede que os EUA não percam o controle da rede³.

Parece irônico pois esse processo significará um papel ainda menor de qualquer Estado no processo de governança da rede. Para alguns é o coroamento de um processo chamado multissetorial ou *multistakeholder*, onde diversos atores interessados tomam parte num complexo e burocrático processo de decisão. Para outros, é a fase final da privatização do ciberespaço.

No Brasil, a principal entidade de formulação das políticas de governança da Internet se dá pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br). Este trabalho se debruça a entender as origens, intersecções e protagonismo na esfera global, na consolidação do modelo de governança multissetorial implementado por essa entidade desde a década de 90.

O que é a governança da Internet e como se organiza

A governança da rede é uma polêmica longamente datada. As principais disputas iniciaram na década de 1990 quando a Internet começou a ter importância global em torno da definição das instituições que controlariam os principais recursos rede. Desde então o assunto vem sendo tratados em fóruns globais como o *Internet Government Forum* e em um grupo especializado da ONU chamado *World Summit on the Information Society (WSIS)* (DENARDIS, 2014; MUELLER, 2002; MALCOM, 2008; RADU, et. al, 2010, KLEINWÄTCHER, 2006; GOLDSMITH e WU, 2006).

Em sentido amplo, a governança da rede se refere às regras, agendas e instituições relacionadas ao gerenciamento de algum recurso da Internet,

³ O Senador Ted Cruz chegou a lançar um vídeo afirmando que o Governo Obama estaria “dando” a Internet para países como China, Irã e Rússia:
https://www.cruz.senate.gov/?p=press_release&id=2702

instrumentalizada em diferentes níveis ou camadas (infraestrutura, conteúdo, social, etc.). Em sentido mais restrito e pragmático, a governança se refere aos recursos críticos, ou seja, aos protocolos técnicos de comunicação e alocação de nomes e números da rede.

A Internet tem um caráter dual: ainda que não tenha um controle central sobre a circulação de conteúdo e que sua infraestrutura seja distribuída, a alocação dos chamados nomes e números é feita de maneira vertical. Para que o endereço www.ufrgs.br seja acessível tanto no Brasil como no Japão, é necessário um índice global, chamado de Domain Name System (DNS). Além disso, para que a Internet seja uma “rede de redes”, consensos mínimos sobre protocolos de comunicação é necessária. Para isso, uma coordenação mínima é necessária para que os mesmos parâmetros sejam seguidos em qualquer instância da rede.

São mais de três décadas de polêmicas em torno da autoridade sobre os arranjos técnicos e políticos da rede. Trata-se de uma nova arena onde os poderes políticos e econômicos buscam demarcar novas fronteiras. Alguns autores pontuam que a Internet estaria inaugurando uma nova fase pós-Westphaliana na medida em que as soberanias nacionais são a todo momento colocadas em xeque, quando entidades transnacionais tem mais poder de definição política que os próprios estados-nação (MALCON, 2008; LA CHAPELLE, 2011).

Neste contexto o modelo de gestão *multistakeholder* é evocado como um cânone fundamental para a estabilidade e legitimidade da condução global da rede. Ao mesmo tempo, sua implementação é arbitrária. É, em grande medida, o compartilhamento de poder limitado entre representantes de diversos segmentos sociais, sem regra de equilíbrio consensual, priorizando essencialmente figuras corporativas, governamentais, terceiro setor e comunidade acadêmica especializada.

A concepção mais aceita na literatura sobre o que é o modelo *multistakeholder* é a definição proferida por Kofi Anan em 2005, quando estabeleceu uma agenda sobre o tema na ONU:

Internet governance is the development and application by Governments, the private sector and civil society, in their respective roles, of shared principles, norms, rules, decision-making procedures, and programmes that shape the evolution and use of the Internet (Relatório do Working Group on Internet Governance, 2005).

Em geral a origem do modelo multissetorial é tributada como a forma original da organização informal e do espírito da criação da Internet, dentro dos círculos acadêmicos, na fase seminal da rede (CERF, RYAN E SENGES, 2014). Ao mesmo tempo, a organização de múltiplos atores em áreas setoriais também é verificada em organismos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (ALMEIDA, GETSCHKO, e AFONSO, 2015). Outros analistas interpretam este modelo como um reflexo das políticas implementadas no final da década de 90 pelos EUA (CHENOU, 2014).

O grande problema, segundo Denardis e Raymond (2013), é que a visão teleológica do multissetorialismo criou sérios problemas. Primeiro porque ele é elevado a um valor próprio, segundo, porque ele nem sempre pode não ser apropriado por todas as instâncias. Em geral, percebe-se que a experiência tem apresentado duas grandes características: os Estados têm sido pouco envolvidos ou envolvidos sem poder de decisão e as decisões têm sido guiadas por questões técnicas ou em função do mercado. Isso se torna ainda mais problemático em países do sul global, ou porque estão alinhados aos países centrais em função de outras agendas bilaterais, ou porque se alinham a países periféricos para se contrapor aos formatos de coordenação múltipla, como forma de supostamente garantir sua soberania.

Alguns países se aglutinaram em arenas dominadas pelo modelo de *telecom*, como aconteceu em 2012, no World Congress on Information Technology (WCIT). O mesmo aconteceu no Wuzhen Summit, de iniciativa do governo Chinês. Este foi um jogo de poder entre nações que foi traduzido como uma colisão de duas “ideologias” (multilateralismo e multissetorialismo) e que ainda não estão totalmente resolvidas (GONZALES, 2016).

Na visão de Chenou (2014), que estudou a fundo a formação da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), uma das principais entidades de governança global, o desenvolvimento da governança da Internet e do multissetorialismo teria se apoiado em um discurso excepcionalista em que os EUA teriam capacidades indubitáveis de garantir a estabilidade e desenvolvimento técnico da Internet. A partir de uma leitura gramsciana, o autor argumenta que atualmente haveria um senso comum em torno do multissetorialismo, que abarcaria diversos agentes e organizações.

Para ele, quatro elites especializadas teriam consensualizado em torno do modelo no processo de instauração da governança global da Internet: uma elite

técnico/científica, com destaque para os técnicos fundadores da rede; uma elite corporativa, principalmente as empresas focadas em tecnologia do Vale do Silício, com seus lucros advindos de propriedade intelectual; uma elite norteamericana especializada, arregimentada em torno das instâncias norte-americanas de governança como a ICANN, e; uma elite política global, dispersa em órgãos multilaterais mas que advogam favoravelmente pelo multissetorialismo. O autor faz este estudo a partir de uma análise de redes entre os atores-chave que conduziram o debate no final da década de 90 e início dos anos 2000.

Esses atores promoveriam um discurso focado na liberdade individual e na proteção da propriedade privada, no sentido de criar, a partir da Internet, novos mercados. Também exaltariam um discurso ciberlibertário, que apregoaria que a Internet teria criado um novo mundo no qual as regulações existentes seriam desnecessárias. Por fim, estaria presente um discurso sobre a Internet como bem-público global que deveria ser protegido das burocracias institucionais. Essas quatro elites compartilham significados a fim de excluir outros debates como soberania e intergovernamentalismo.

Estas diferentes posições sobre o modelo de governança refletem, em grande medida, os diferentes projetos políticos sobre o desenvolvimento da Internet. A posição do Brasil neste contexto é destacada. Pode-se dizer que o país inaugurou o arranjo institucional *multistakeholder* antes mesmo de ter este nome, em 1995. Isso ocorreu, de fato, quando foi criado o Comitê Gestor da Internet (CGI.br) juntamente com a inauguração da exploração da Internet no país, de forma concorrencial, antes mesmo da privatização do setor de telecom.

CGI.br é composto por 21 membros, 9 representantes do setor governamental, 4 do setor empresarial, 4 do terceiro setor, 3 da comunidade científica e tecnológica e 1 representante de notório saber em assuntos de Internet⁴.

Entre outras funções, cabe à entidade propor normas, procedimentos, diretrizes e padrões técnicos em relação à regulamentação, uso operacional e desenvolvimento da Internet no Brasil. O comitê também tem um braço executivo, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) que é responsável por gerenciar o domínio “.br”, ou seja, a atribuição de nomes e números referente ao país. Outra iniciativa da entidade é o Fórum da Internet no Brasil, um espaço de discussão

⁴ A atual composição do CGI.br foi estabelecida pelo Decreto Nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, da Presidência da República. Integram o CGI.b

multissetorial temático, aberto ao público, que ocorre anualmente de maneira itinerante. Depois da aprovação do Marco Civil da Internet em 2014 a entidade passou a ser responsável por propor diretrizes para a fiscalização da neutralidade de rede e normas para guarda de registros de comunicação na Internet.

É uma arena onde as diversas questões sobre governança são colocadas e discutidas em busca de consensos. O consenso seria uma pretensa capacidade de todos os setores aceitarem e se engajarem nas decisões tomadas. Por conta disso, os processos costumam ser demorados, mas que, em geral, resultam em decisões sólidas e aceitas por todos os setores envolvidos.

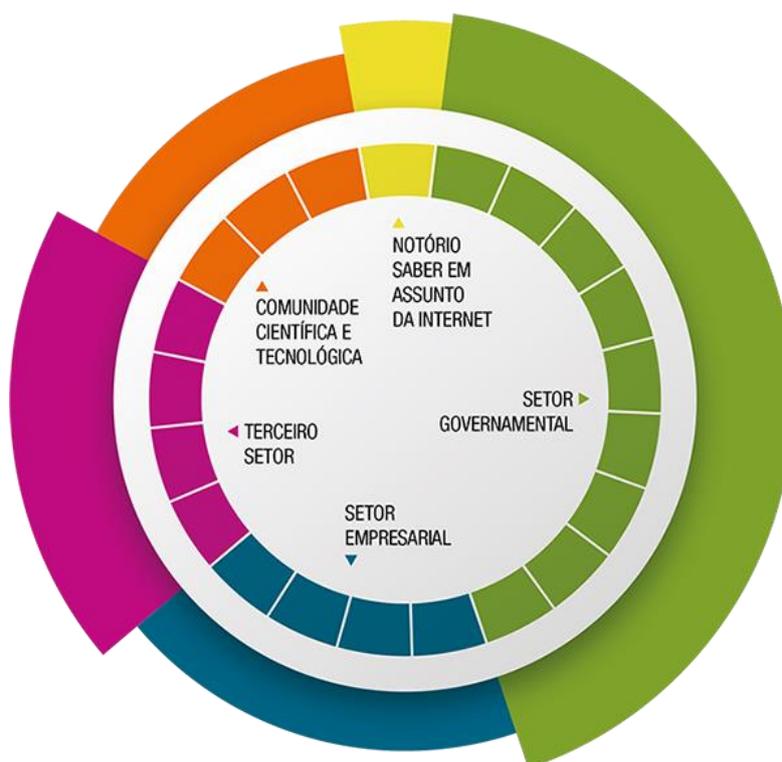


Figura 1: Composição do CGI.br
Fonte: site www.cgi.br/membros

O CGI.br sobreviveu e se transformou nos governos de diferentes orientações políticas (neoliberal e pós-desenvolvimentista). Na sua origem, no Governo Fernando Henrique Cardoso, a influência da sociedade civil ajudou a definir uma arena política de maioria não-governamental (CARVALHO, 2006). Em 2003, no Governo Lula, a forma de composição do conselho foi alterada para abrigar mais membros e permitindo a eleição através de colégio eleitoral voluntário para as entidades da

sociedade civil, setor empresarial e setor acadêmico. Os desafios para o governo pós-Dilma ainda estão por ser mapeados, num contexto de muitas incertezas.

Anastácio (2015) fez alguns apontamentos sobre o funcionamento do multissetorialismo brasileiro aplicado no CGI.br. Apesar da entidade agregar visões plurais de todos os setores envolvidos no ecossistema da Internet no país, poderia estar deixando alguns setores subrepresentados. A autora evidenciou uma baixa rotatividade de alguns dos conselheiros, o que é verificado nos sistemas multissetoriais na área da Internet. O risco eminente, segundo ela, é formação uma elite participativa.

No Brasil a Internet teve origem a partir da iniciativa de professores vinculados a instituições acadêmicas que almejavam trocar informações com as redes recém constituídas em outros países, principalmente nos EUA e na Europa. A primeira tentativa, não frutífera, aconteceu na UFRGS. A professora Liane Tarouco tentou conectar a universidade a ARPANET em Stanford em 1977. O custo da conexão internacional inviabilizou o projeto. No início da década, junto com outras instituições, lançou-se o primeiro projeto de interligar diversas universidades numa rede acadêmica, chamada Rede Sul Teleprocessamento (RST). O projeto tinha uma proposta muito semelhante a rede norteamericana, porém não saiu do papel. Outras tentativas só iriam acontecer na década de 80 com a UFRJ, PUC/RJ, FAPESP.

Ocorre que o relacionamento entre os interesses acadêmicos e as iniciativas de telecomunicação do Governo Federal não foram exatamente suaves. O sistema de telecomunicações era de controle estatal, coordenado pelo sistema Embratel/Telebrás. Esta característica ainda é uma marca que persiste nos discursos e nas ideias sobre políticas públicas no setor. Há uma série de atores que utilizam a memória deste momento de controle estatal como forma de se opor a políticas públicas específicas.

A interligação com a Internet para o público em geral, fora da academia, só viria acontecer por iniciativas localizadas com a articulação de atores-chave de setores não-governamentais. Nesse contexto a atuação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi decisiva.

Carlos Afonso trabalhava junto com Herbert de Souza (Betinho) e estava inserido numa rede internacional de ONGs por conta da Eco-92. Ele e outras pessoas viabilizaram uma conexão com as Bulletin Board System (BBS) e a Internet para que as entidades pudessem enviar informações para seus países sede. A partir dessa

iniciativa, Afonso fundou o Alternex, primeiro provedor de conexões privadas para ONGs e instituições não acadêmicas.

Segundo Carvalho (2006, p. 115), Afonso se denominava o “guerrilheiro do IP”, frente às negativas da Telebrás e Embratel em realizar conexões privadas para provedores. A Embratel reivindicava o monopólio das conexões internacionais e estava disposta a fazer a chamada última milha, ou seja, a conexão dos usuários finais com a Internet. Por esse motivo, havia fortes embates entre acadêmicos, entidades da sociedade civil e as operadoras de telecom estatais da época. Ao mesmo tempo houve uma aproximação decisiva entre *policymakers* e esses atores proeminentes das redes de dados no Brasil.

Foi nesse contexto que nasceu a ideia de uma instituição ou arena multiparticipativa. De fato, isso se ancorava na ideia de ampliação dos espaços públicos não estatais em voga na década de 90 e funcionava muito bem para se contrapor a ideia de uma estatização da rede.

É nesse sentido que abordar o multissetorialismo na Internet no Brasil se conecta a uma discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas e participação no contexto da transformação do Estado a partir do desafio de novas instâncias de governança. O caso brasileiro tem contornos ainda mais específicos na medida que o CGI é muitas vezes questionado por privilegiar uma composição majoritária da sociedade civil em detrimento dos representantes do governo.

Como estudar a governança da Internet: esforços teóricos

Quando se fala em políticas públicas da governança da Internet, em grande medida está tratando-se de disputas de ideias sobre como esta política deve funcionar. Por esse motivo parece fundamental que esta emergência de embates sobre crenças sobre a política seja o foco central de um estudo sobre as características da governança da rede.

Os trabalhos clássicos nesta área de governança da Internet estão situados no campo das relações internacionais e da ciência política, focando principalmente nos aspectos institucionais e formais (MUELLER, 2002; DENARDIS, 2015). A contribuição deste trabalho, no campo da Sociologia, é emergir outro objeto de pesquisa, especificamente a disputa ideológica em torno das ideias sobre política e democracia

em jogo na definição de regras e significados da governança da Internet Brasileira. Este trabalho se inspira, de maneira geral, no trabalho feito por Chenou (2014).

Parte-se do pressuposto que a política pública deve ser compreendida para além do chamado triângulo de ferro (governo, parlamento e grupos de pressão). O *framework* de *ideas-based* trata como a disputa sobre significados é central e influenciam na construção da política. Baseando-se na literatura de redes, parte do pressuposto que as alianças, preferências e orquestração dos atores pode ser compreendida de maneira relacional (MAJONE, 1989; STONE, 1997; FISHER, 2009). Como metodologia central para compreender este cenário, propõe-se utilizar o modelo de coalizões de defesa (Advocacy Coalition Framework ou ACF), proposto por Sabatier (1989), associado ao conceito de poder e ideologia.

As coalizões de defesa são comunidades políticas semiautônomas em que os atores compartilham um conjunto de crenças e atuam desenvolvendo ações coordenadas durante um longo período de tempo nos subsistemas da política pública. O que diferencia a ACF de outras abordagens é que ela parte do princípio que as coalizões se formam pela articulação de *stakeholders* que compartilham os mesmos interesses, tanto gerais quanto específicos.

Esses interesses são traduzidos como crenças, que funcionam como um amálgama que deixa a coalizão em pé, para além de um interesse de cálculo racional. Os autores desta teoria advogam que a política em si é o resultado das crenças materializadas. É por isso que, em última instância, as ideias governam as políticas (SABATIER e JENKINS-SMITH, 1993).

No que se pode entender de subsistema de governança da Internet no Brasil, há diversas coalizões que se tornaram bastante evidentes nos momentos de maior disputa no campo, como no caso do processo de aprovação do Marco Civil da Internet, por exemplo.

Na formação do CGI, em 1995, a bibliografia mostra que a atuação de certos atores-chave da sociedade civil foi fundamental para o desenho da entidade, como forma de afastar uma coalizão formada em torno das empresas estatais de telecomunicação (CARVALHO, 2006). Ao mesmo tempo, em diversos momentos no decorrer dos 20 anos de existência do sistema atual de governança, o setor de telecomunicação, agora completamente privatizado, é interessado em ter mais possibilidade de definição de regras de gerenciamento sobre a rede, exercendo sua influência na principal agência de regulação, a ANATEL.

Como afirmam Denardis e Raymond (2013), o sistema de governança da Internet, como um todo, é um excelente exemplo do poder de *policy communities* em moldar e influenciar a elaboração de uma política pública. No caso da governança brasileira, é possível perceber que em 20 anos uma comunidade se formou em torno do CGI.br, tencionando para que suas atribuições mudem conforme a força de cada coalizão na arena política.

Embora o modelo ACF tenha potencial explicativo já testado em diversos setores da política, este trabalho se propõe a expandir o conceito de crenças para além de um mapeamento instrumental de preferências. Para isso é incorporado o conceito de ideologia no sentido utilizado por Eric Wolf (1999) e o conceito de senso comum de Gramsci (2001), como forma de compreender a formação e composição das coalizões.

Wolf liga os conceitos de ideologia e poder para compreender o curso de ação que as pessoas ou os grupos tomam. O leque de opções dos atores nas arenas políticas é dado pelo contexto histórico em que estes estão inseridos. Gramsci pontua como os processos de hegemonia se dão a partir da formação de consensos entre as elites políticas, tornando-se um senso comum. O que aproxima Sabatier, Wolf e Gramsci neste trabalho é a compreensão de que há uma matriz cultural que explica a formação de grupos (coalizões).

Ainda, oriundo do framework ACF, há um tipo de ator com papel especialíssimo chamado *policy broker*. Trata-se de indivíduos que funcionam como intermediadores ou negociadores entre as diversas coalizões. Eles seriam as figuras necessárias para articular pontos de contato entre os grupos conflitantes a fim de assegurar a estabilidade da política. Os *brokers* são mais que burocratas, são indivíduos capazes de conjugar esforços das coalizões, mesmo que conflitantes, a fim de colocar o sistema para funcionar.

No caso específico deste estudo interessa identificar os *brokers* capazes de encapsular os conflitos mais gerais sobre a governança da Internet para manter a estabilidade no sistema multistakeholder. Na condução da governança brasileira interessa saber quem são e como atuam os *brokers* que defendem o multissetorialismo como ideologia, afinal estes indivíduos personificam o amálgama do sistema da política pública vigente nos últimos 20 anos no Brasil.

A partir do processo etnográfico, pretende-se selecionar atores relevantes pela técnica *snowball* combinado com um estudo de análise de redes, a fim de mapear os

atores dentro das coalizões, a partir da metodologia de grafos. Em análise de políticas públicas, esta técnica é bastante utilizada no estudo das *policy networks*.

A partir deste caminho teórico e metodológico, o resultado do estudo de doutorado buscará responder quais ideias e coalizões foram e continuam relevantes nos processos de institucionalização da governança da Internet no Brasil. Este primeiro esforço buscará elucidar um bastante latente no contexto dos estudos de governança, mas pouco abordados diretamente.

Como segunda tarefa, a pesquisa de doutorado buscará responder de que maneira o modelo de governança multistakeholder brasileiro pode ser explicado pela influência de atores específicos que se constituíram como *brokers* das coalizões existentes desde a criação do CGI.br. Este é um desdobramento da perspectiva da abordagem relacional. Em certa medida, o estudo dos atores-chave e lideranças tem sido bastante clássicos nas pesquisas sobre governança. Ao mesmo tempo, diversos atores fundamentais para a consolidação das políticas públicas nem sempre são evidenciados. São os atores capazes de fazer as ligações entre as coalizões e realizar a negociação política. Num ambiente onde o objetivo é a busca de consensos entre diversos *stakeholders*, o papel deste tipo de ator se torna fundamental para a explicação do modelo multissetorial.

Há diversos trabalhos de investigação da área de TI e políticas públicas que apontam para interessantes características no cenário brasileiro. A vinculação entre especialistas, *hackers* e militantes de movimentos sociais teria proporcionado uma dinâmica distinta no cenário de TI e Internet local nos últimos anos. Algumas pesquisas demonstram que o discurso sobre tecnologia teria sido vinculado como estratégia de independência e superação tecnológica nos últimos anos, como forma de ressignificar investimentos e desenvolvimento de políticas públicas setoriais (EVANGELISTA, 2005; SHAW, 2011).

Por esse motivo, a hipótese inicial é que o multissetorialismo brasileiro nasceu com contornos diferentes das instituições globais. A mudança de orientação política depois de 2003 consolidou ainda mais o modelo vigente e lança o desafio de compreender quais ideias estavam em jogo com o reforço de uma arena multiparticipativa na gestão da Internet, quando houve uma guinada em todas as políticas públicas da área. Os estudos exploratórios mostram que havia um entendimento que o espaço do CGI era compreendido como uma instância de participação social, na interpretação dos *brokers* da época. Por esse motivo, se

combinava com a ampliação das esferas de participação evidenciadas na primeira década de gestão dos Partidos dos Trabalhadores.

Entretanto, a segunda fase da gestão do PT foi que se consolidou o maior protagonismo do CGI, principalmente com a aprovação do Marco Civil da Internet. Mesmo assim sua estrutura e condição institucional frágil foi mantida, alterada apenas por decreto. A hipótese é que neste período as coalizões se alteraram, mudando assim também a conjuntura em disputa.

Considerações finais

Embora exista uma percepção geral de que a rede é um espaço sem regulação, a Internet é um ambiente que configura uma “rede de controle”, nos termos definidos por Galloway (2004), em que as regras estabelecidas pelos coletivos técnicos e políticos condicionam os meios legítimos e possíveis do seu uso.

Por um lado, a Internet é uma rede com padrões técnicos abertos, de fácil expansão e que não está limitada às fronteiras regionais ou nacionais. Por outro, esses próprios padrões e protocolos configuram formas verticalizadas de regulação que influenciam na forma como as pessoas se relacionam com o artefato técnico.

No plano local, o modelo de governança brasileiro é citado por diversos pesquisadores e *insiders* como referência internacional sobre multissetorialismo. Não por menos o país já foi sede de diversos eventos da área e os principais especialistas locais participam ativamente de instâncias globais de governança.

Acredita-se, portanto, que esta abordagem pode dar novas respostas não só do ponto de vista do estudo de caso, mas construir achados empíricos capazes de estabelecer comparações. Trata-se de perseguir um devir sociológico de construir possibilidades de generalização a partir do exercício de pesquisa sobre um caso concreto.

Referências

ALMEIDA, V.; GETSCHKO, D.; AFONSO, C. The Origin and Evolution of Multistakeholder Models. **IEEE Internet Computing**, v. 19, n. 1, p. 74ingD.; AFO

CARVALHO, M. S. R. M, **A trajet, M. S. R. M, gD.; AFONSO**, do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Dissertação

(Mestrado em Ciências de Engenharia de Sistemas e Computação). COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro-RJ, 2006.

CERF, V. G., RYAN, P. S., SENEGES, M. Internet Governance is Our Shared Responsibility. **A Journal of Law and Policy for the Information Society**, n. 10. v.2. p. 1nd Po2014. Dispon. p. 1nd <http://papers.ssrn.com/abstract=2309772>. Acesso em: 12/12/2015.

DENARDIS, L. **The global war for internet governance**. London, 2014.

DENARDIS, L.; RAYMOND, M. Thinking clearly about multistakeholder internet governance. **Eighth Annual GigaNet Symposium**, 2013. p. 1 GigaNet Symposiumking clearly about multistakeholder internet governance.

EVANGELISTA, R. A. O movimento software livre do Brasil. **Horizontes Antropológicos**. N. 41, p. 173.

GALLOWAY, A. R. **Protocol: how control exists after decentralization**. Massachusetts, Londres: MIT Press Cambridge, 2004.

GOLDSMITH, J.; WU, T. **Who controls the internet? illusions of a borderless world**. Oxford University, 2006

GRAMSCI, A. **Cadernos do csity**, , vol. 1. Rio de Janeiro, Civilizans of a borderless.

KLEINW 1. Rio de **The history of internet governance**. In: OSCE. Governing the Internet: Freedom and Regulation in the OSCE Region Vienna, Austria, OSCE, 2007, pp. 41- 64. DisponSCE. Governing the Internet: Freedom and Regulation in the OSCE Regi

LA CHAPELLE, B. **Multistakeholder governance - principles and challenges of an innovative political paradigm**, em: takeholder governance - principles and challenges of an innovative

MAJONE, G. **Evidence, argument and persuasion in the policy process**. New Haven: Yale University Press, 1989

MALCOLM, J. **Multi-stakeholder governance and the internet governance forum**. Australia: Terminus Press, Perth, 2008,

MUELLER, M. L. **Ruling the root: internet governance and the taming of cyberspace**. MIT Press. Cambridge, Massachusetts, 2002.

RADU, R., CHENOU, J. M., e WEBER, R. H. **The evolution of global internet governance: principles and policies in the making**. Zurich, Switzerland: Springer, 2014

SABATIER, P. A. **Theories of the policy process**. Boulder, CO: Westview Press, 1999

SABATIER P. A.; JENKINS-SMITH, H C.. **Policy change and learning**. Boulder, CO: Westview Press, Inc 1993

RAYMOND, M.; DENARDIS, L. Multistakeholderism: anatomy of an inchoate global institution. **International theory**, 2015. n. May 2015, p. 1. Multistakeholderism: anatomy of an inchoate global institution. ma, OSCE, 2007, pp. 41- 64. de .pdf.

RELAT.RIO do **Working group on internet governance**. Organizagroup on internet governance.olderism: anatomy of an inchoate global institution.

SHAW, A. Insurgent Expertise: The Politics of Free/Livre and Open Source Software in Brazil. **Journal of information technology & politics**, v. 3, n. 8, p. 253–272, 2011.

E. **Envisioning Power**. University of California Press, 1999.